

O longo ciclo eleitoral latino-americano

Emir Sader*

* *Secretário Executivo do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fundador do Laboratório de Políticas Públicas (LPP, UERJ).*

O balanço das eleições

Com o triunfo de Rafael Correa no Equador, de Daniel Ortega na Nicarágua e a reeleição de Hugo Chávez na Venezuela se conclui o longo ciclo eleitoral latino-americano, iniciado com o triunfo de Evo Morales na Bolívia, em dezembro de 2005. Seguiu-se com as eleições de Michele Bachelet no Chile, Oscar Arias na Costa Rica, Alan García no Peru, Lula no Brasil, Álvaro Uribe na Colômbia, Daniel Ortega na Nicarágua, Felipe Calderon no México, Rafael Correa no Equador, René Preval no Haiti, e provavelmente, Néstor Kirchner na Argentina.

São 12 eleições, incluindo os países de maior peso no continente –Brasil, México, Argentina, Venezuela, Colômbia, Chile, Peru–, das quais quatro reeleições –Lula, Uribe, Hugo Chávez e possivelmente Kirchner–, duas mais continuações dos governos anteriores –Calderon e Bachelet, com três mudanças significativas de políticas –Bolívia, Equador, Nicarágua. Estas, portanto, com

especial significado, porque representam mudanças para a esquerda, tirando os países do marco do livre comércio para o da integração, com as correspondentes políticas internas, de forma clara nos dois primeiros casos.

O pólo que prioriza os processos de integração regional viu a incorporação da Bolívia e do Equador e possivelmente da Nicarágua, mantendo o Brasil, a Argentina e a Venezuela, enquanto o pólo favorável aos tratados bilaterais, manteve a Colômbia, o México e o Chile, consolidando o Peru e a Costa Rica (embora que a nova maioria democrata no Congresso dos EUA questione os tratados ainda por ratificar com a Colômbia e o Peru, deixando aberta esta possibilidade).

Poderia parecer, aritmeticamente, um resultado empatado. No entanto, se fortaleceu o bloco favorável aos processos de integração regional. As vitórias de Lula, Kirchner e Hugo Chávez consolidam o eixo fundamental nesses processos, que ganham alguns anos para avançar na consolidação, extensão e aprofundamento no Mercosul, na Comunidade Sul-Americana de Nações, na ALBA. O ingresso da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL e a reunião de Córdoba, expressam o novo dinamismo do acordo, com a integração da Bolívia e a aproximação de Cuba. A participação do Equador bloqueará a formação dum bloco andino favorável ao livre comércio, além das mencionadas dificuldades trazidas pela maioria protecionista democrata no Congresso dos EUA. A vitória de Daniel Ortega, por sua vez, bloqueia a possibilidade de constituição dum bloco que agrupasse a totalidade dos países da América Central em tratados de livre comércio. A eleição de René Preval possibilita que esse processo possa estabelecer intercâmbios com o Haiti, além da aproximação já iniciada por parte de Cuba na reunião de Córdoba.

Além disso, Calderon inicia seu mandato com forte questionamento no México e, tanto nesse país, quanto na Colômbia –com Lopez Obrador e Carlos Gaviria– a esquerda teve um desempenho muito bom, situando-se

“O pólo que prioriza os processos de integração regional viu a incorporação da Bolívia e do Equador e possivelmente da Nicarágua, mantendo o Brasil, a Argentina e a Venezuela”

como a segunda força política nesses países. Da mesma forma a disputa no Peru foi acirrada, com a candidata abertamente neoliberal –Lourdes Flores–, ficando fora do segundo turno.

Estas observações configuram um desgaste significativo da votação dos partidos que defendem programas neoliberais, com expansão do voto à esquerda –mais radical nos casos da Bolívia, Equador e Venezuela–, mais moderada nos casos do Brasil, Argentina e Nicarágua. No seu conjunto, se fortalece o bloco que prioriza os processos de integração, em detrimento dos aliados dos tratados de livre comércio na região.

O triunfo de Rafael Correa no Equador é a culminação das mobilizações populares que, em abril deste ano, impediram que o país assinasse um tratado de livre comércio com os EUA. Ainda assim Álvaro Novoa pretendia retomar essa via, fazendo com que o segundo turno tivesse sido um plebiscito sobre o futuro do Equador. A vitória de Correa consolida a opinião majoritária dos equatorianos de crítica às vias adotadas pelos três últimos presidentes eleitos, todos derrubados por mobilizações populares, por tentar manter o modelo neoliberal. Sua declaração de que “se termina a longa noite neoliberal no Equador” revela sua decisão tanto de avançar nessa direção, assim como de integrar-se ao MERCOSUL.

O cenário político continua favorável à esquerda no continente –ainda contando com eventuais defecções no outro campo, especialmente do governo de Alan García, pela resistência dos democratas no Congresso dos EUA– que pode aproveitar para consolidar e principalmente avançar decididamente no caminho da integração latino-americana.

O marco das eleições

Em que marco se deu esse ciclo e que perspectivas apresentam para o futuro da América Latina e do Caribe? Esse ciclo sucede ao período de virada do século, que representou uma consolidação política da capacidade de resistência ao neoliberalismo de parte do campo popular. No marco internacional, todo o tempo decorrido no novo século está marcado pela política de “guerra infinita” de parte dos EUA, que produz e acentua epicentros de guerra no mundo –os principais dos quais são Iraque, Afeganistão, Palestina e Colômbia.

Depois das invasões do Iraque e da Palestina, as reações internas prolongam o conflito muito além do momento em que o governo norte-americano considerava que sua missão tinha sido concluída. No Iraque se intensificou o que pode ser caracterizado como uma guerra civil entre xiitas e sunitas, ao mesmo tempo da resistência à ocupação

militar do país. Fracassou a ocupação militar que tinha como objetivo criar no Iraque um posto de avançada da “civilização ocidental” –como havia sido feito no Japão. O debate passou a se centrar em quando as tropas norte-americanas e britânicas devem sair do que e em que condições poderiam fazê-lo sem deixar uma situação caótica e favorável a um governo xiita e sunita, anti-norte-americano.

Ao mesmo tempo, a resistência afegã se intensificou, colocando problemas similares aos países de ocupação. Como um dos seus efeitos indiretos, o Partido Republicano perdeu as eleições parlamentares, renunciando um eventual retorno dos democratas à presidência ou, pelo menos, a necessidade duma espécie de co-governo para Bush. Como uma de suas conseqüências está o fortalecimento do protecionismo dos EUA, que de imediato implica no questionamento, por parte do Congresso, dos tratados de livre-comércio recém assinados com o Peru e a Colômbia.

No entanto, se os EUA sofre derrotas políticas importantes –especialmente na estratégia da “guerra infinita”–, a capacidade de cooptação da economia norte-americana se mantém. À assinatura do tratado de livre comércio com o Chile, seguiram-se os tratados com os países centro-americanos e alguns caribenhos, assim como com a Colômbia e o Peru. Os EUA têm consciência de que essa via é a de melhor capacidade de aglutinação de forças e de extensão da sua influencia na região. Caso tivesse ganho Álvaro Noboa no Equador, se poderia formar praticamente um bloco andino vinculado ao livre comércio com o Chile, a Colômbia e o Peru, deixando isolada a Bolívia e a Venezuela.

O cenário internacional continuou favorável às economias da região, com forte demanda de seus produtos de exportação. Mesmo a diminuição do ritmo de expansão da economia dos EUA pode não afetar esse cenário, porque o fator mais poderoso dessa demanda –a China– mantém seu ritmo de crescimento.

Depois das eleições

Além dos processos eleitorais, a região viveu processos intensos de mobilização social e política, de que o México –com as denúncias de fraude nas eleições gerais e a luta do povo de Oaxaca–, é o melhor exemplo. O processo eleitoral boliviano foi precedido –nos cinco anos anteriores à eleição presidencial– pela combinação duma enorme diversidade de formas de luta, da sublevação às eleições, passando pelas tomas de estradas, pelas greves de fome e pelas concentrações de massa. Se trata, no seu conjunto, da mais importante expressão da luta anti-neoliberal no continente, justamente pela combinação dessas formas de luta, que desembocaram na vitória eleitoral que, por sua vez, imediatamente implicou na convocação duma Assembléia Constituinte, para refundar o



© Martín Fernández

Estado boliviano, em bases multinacionais e multiculturais. Pela primeira vez se coloca o objetivo de elaboração duma Constituição em moldes não liberais, mas fundada nos hábitos, costumes e formas de organização dos povos originários.

Foi muito importante também porque permitiu romper uma espécie de círculo vicioso em que os movimentos sociais tinham conseguido derrubar, ao deslegitimar, a muitos governos da região –no Equador, na Bolívia, no Peru, na Argentina–, sem conseguir desembocar em saídas políticas. Nesse sentido a Bolívia, ao congregiar aos movimentos sociais num partido político –o MAS– permite superar esse círculo vicioso e articular saídas para a crise hegemônica do continente em torno à imbricação entre mobilizações sociais e alternativas políticas.

Mobilizações como as de Chiapas, de Oaxaca, das denúncias de fraude no processo eleitoral mexicano, encontram também a necessidade de desembocar em saídas políticas, que impeçam o desgaste e o refluxo dum amplo processo de mobilizações sem saída política. Essa problemática se coloca hoje para todos os movimentos sociais e populares, de saber articular essas mobilizações com saídas políticas.

A eleição boliviana possibilitou um dos avanços estratégicos mais importantes do período na América Latina –a formação da ALBA, como processo de integração mais profundo, fortemente anti-neoliberal, entre Cuba, Venezuela e Bolívia. Iniciativas de integração propostas pelo governo venezuelano –como Telesur, Petrosur, Petrocaribe, o gasoduto continental– abriram novos espaços de integração.

Globalmente as eleições desse ciclo longo eleitoral permitiram consolidar forças de esquerda como componentes essenciais do campo político de quase todos os países do continente. Como novidade, na Colômbia, no México, no Peru, no Equador, forças de esquerda passaram a ocupar lugar central na disputa política nacional desses países. Se o PRD mexicano havia ficado fora da disputa central em 2000 –que se deu entre o PRI e o PAN–, voltou a ser protagonista essencial da eleição e do conturbado período político aberto pelas eleições de 2006. O mesmo aconteceu na Colômbia onde, pela primeira vez uma força de esquerda –o Pólo Democrático– desloca um dos dois partidos tradicionais, para aparecer como o eixo central da oposição ao governo de Uribe. O mesmo aconteceu no Equador –onde a esquerda triunfou–, assim como no Peru –onde disputou palmo a palmo a vitória.

No Brasil e no Uruguai –com as necessárias ressalvas sobre a continuidade do modelo econômico– as forças tradicionais da esquerda estão no governo e ocupam o lugar da esquerda no campo político. A Argentina é um caso especial, em que a força social acumulada na crise recente não se traduziu ainda em força política minimamente articulada, que possa deslocar os enfrentamentos essenciais hoje protagonizados pelo peronismo-kirchnerista e a direita tradicional. No Chile é onde essa oposição –se é que podemos caracterizá-la como polarização entre esquerda e direita, dado que se dá não apenas na aceitação comum do modelo neoliberal, sino que, mais grave ainda, no marco do tratado de livre comércio com os EUA– é menos marcada, mesmo se a direita tem raízes claras no pinochetismo e a esquerda nos socialistas sua força hegemônica.

Dois eixos articulam as forças de esquerda no continente, tal como elas saem desse ciclo eleitoral. A linha divisória fundamental se dá entre os países aderidos aos tratados de livre comércio –como o Chile, a Colômbia, o Peru– e os que se somam aos processos de integração regional. Dentre estes, estão os que assumem uma postura abertamente anti-neoliberal e anti-imperialista –como Cuba, Venezuela, Bolívia, congregados na ALBA e, provavelmente o Equador. O outro pólo congrega a governos com posturas mais moderadas –que ainda não saíram do modelo neoliberal, embora tenham optado pelos processos de integração regional, como o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

O MERCOSUL esteve, durante muitos anos, limitado pelos conflitos das grandes corporações industriais brasileiras e argentinas, na disputa de mercados. O ingresso da Venezuela, a decisão de ingresso da Bolívia e do Equador e a aproximação de Cuba, a partir do ingresso como membro pleno da Venezuela, na importante reunião de Córdoba, em julho de 2006, assim como a decisão do novo presidente equatoriano de aderir ao MERCOSUL, dão um novo impulso ao processo de integração regional. As reeleições de Lula, Hugo Chávez e Kirchner permitem ao continente ter alguns anos pela frente, para consolidar e avançar no caminho desse processo.

“A difícil articulação entre as lutas sociais e seu desemboco em alternativas políticas foi se transformando na questão central da esquerda latino-americana e das forças anti-neoliberais em geral. Daí, entre outras razões, a importância do processo boliviano, em que os movimentos sociais articularam seu próprio partido político –o MAS– e conseguiram uma importante vitória eleitoral”

Os movimentos sociais, por sua vez, foram os principais protagonistas da longa resistência às políticas neoliberais. Muitas vezes protagonizaram sozinhos essa resistência. Até que, quando o modelo se esgotou e os governos que tentaram perpetuá-lo foram, um a um, perdendo legitimidade, muitos deles caindo, gerou-se uma formidável crise de hegemonia na região. O velho já não conseguia manter-se de pé, mas o novo encontra muitas dificuldades para surgir e afirmar-se.

Foram se sucedendo processos de mobilização social que, à força de não encontrar soluções políticas, refluíam, ou delegavam às outras forças e eram derrotados. Foram os casos das três derrubadas sucessivas de presidentes no Equador –o último deles eleito com o apoio direto dos movimentos sociais–, da crise estratégica que legou à redefinição da prática dos zapatistas, assim como as dificuldades para transformar a força social em força política nas mobilizações populares na Argentina nos últimos anos.

A difícil articulação entre as lutas sociais e seu desemboco em alternativas políticas foi se transformando na questão central da esquerda latino-americana e das forças anti-neoliberais em geral. Daí, entre outras razões, a importância do processo boliviano, em que os movimentos sociais articularam seu próprio partido político –o MAS– e conseguiram uma importante vitória eleitoral –em que desembocaram formidáveis lutas integrando movimentos de sublevação, de greves de fome, de tomas de estradas, até chegar ao triunfo de dezembro de 2005. Conseguido este, o novo governo se lançou imediatamente à refundação do Estado, em base à multiculturalidade e à multinacionalidade.

O outro país que produziu uma das maiores mobilizações do período –o Equador– embora sofrendo fissuras pela fracassada participação na experiência de governo de Lucio Gutierrez, conseguiu eleger a um candidato que reivindica as bandeiras históricas dos movimentos sociais –Rafael Correa–, embora não contasse com o apoio direto da



© Emiliano Iadevito

totalidade dos movimentos sociais. Mas sua vitória se inscreve numa dinâmica similar à boliviana, inclusive porque prega a convocação duma Assembléia Constituinte, além de afirmar a decisão de terminar com o modelo neoliberal e integrar-se ao MERCOSUL.

No novo marco produzido pelo longo ciclo eleitoral, que perspectivas se apresentam para o nosso continente? Em primeiro lugar se fortalece o processo de integração regional, com a incorporação da Venezuela como membro pleno, assim como da Bolívia e do Equador, além da aproximação de Cuba e possivelmente da Nicarágua. A reeleição de Lula, de Hugo Chávez e provavelmente de Néstor Kirchner poderia consolidar o processo de integração e ampliá-lo.

Em segundo lugar, o processo boliviano aponta para uma via que, adaptada a cada situação nacional, pela primeira vez articula uma estratégia que reúne fortalecimento da soberania e da capacidade de regulação estatal; refundação do Estado e construção dum novo modelo econômico.

Esses dois fatores afetam diretamente dois dos três eixos fundamentais de poder no mundo: o monopólio das armas e o monopólio do dinheiro. Para que a luta da América Latina e do Caribe possa construir uma estratégia global de construção dum mundo posneoliberal.

Uma América Latina pos-neoliberal terá obrigatoriamente que ser um continente autônomo em relação à hegemonia imperial, com políticas centradas na esfera pública e não na esfera mercantil e com profunda democratização dos processos de comunicação. Esses critérios servirão para medir os graus de avanço que o continente poderá concretizar a partir dos resultados eleitorais positivos.